



# **Demonstrações Financeiras**

**INSTITUTO CORES DO MARÁ**

**31 de dezembro de 2023**  
**com Relatório do Auditor Independente**



## Instituto Cores do Mara - MA

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeira ..... 3

#### Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8





# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas do **Instituto Cores do Mara – MA**

São Luís - MA

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Cores do Mara – MA (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Cores do Mara – MA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil



na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de



apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Luis, 03 de Junho de 2025.

---

Marcio Aurelio Fernandes Gondim  
CRC/MA - 009410/O





Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL			
Entidade:	INSTITUTO CORES DO MARA		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	31.256.011/0001-60
Número de Ordem do Livro:	1		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
<b>ATIVO</b>		R\$ 302.836,69	R\$ 290.959,31
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		R\$ 32.836,69	R\$ 20.959,31
DISPONIBILIDADES		R\$ 32.836,69	R\$ 20.959,31
DEPOSITOS BANCARIOS à NO PAIS		R\$ 32.836,69	R\$ 20.959,31
Bancos Conta Movimento		R\$ 23.402,24	R\$ 14.530,31
Contas Bancárias à Doacoes		R\$ 9.434,45	R\$ 6.429,00
<b>ATIVO NAO CIRCULANTE</b>		R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00
<b>IMOBILIZADO</b>		R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00
IMOBILIZADO à AQUISICAO		R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00
Edifícios e Construcoes		R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00
<b>PASSIVO</b>		R\$ 302.836,69	R\$ 290.959,31
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>		R\$ 33.317,57	R\$ 32.836,69
PATRIMONIO SOCIAL REALIZADO à DE RESIDENTE NO PAIS		R\$ 33.317,57	R\$ 32.836,69
Fundo Patrimonial Social Subscrito de Domiciliados e Residentes no Pais		R\$ 33.317,57	R\$ 32.836,69
<b>RESERVAS</b>		R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00
RESERVAS DO PATRIMONIO SOCIAL		R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00
Reserva de Doacoes e Subvencoes Patrimoniais		R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00
(-) SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS		R\$ (480,88)	R\$ (11.877,38)
(-) SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS		R\$ (480,88)	R\$ (11.877,38)
(-) Deficits Acumulados		R\$ (480,88)	R\$ (11.877,38)

Assinado de forma digital por LUIZ FERNANDO MORAES FERNANDES:64237540391  
Dados: 2025.07.03 14:48:48 -03'00'

Luiz Fernando M. Fernandes  
CRC/MA - 009465/O

INSTITUTO  
CORES DO  
MARA:3125601  
1000160

Assinado de forma digital por INSTITUTO CORES DO MARA:31256011000160  
Dados: 2024.04.30 18:02:32 -03'00'



Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO					
Entidade:	INSTITUTO CORES DO MARA				
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	31.256.011/0001-60		
Número de Ordem do Livro:	1				
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023				
Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual		
Receita Operacional Bruta		R\$ 325.105,31	R\$ 292.875,42		
RECEITA DAS ATIVIDADES		R\$ 325.105,31	R\$ 292.875,42		
RECEITAS DA GRATUIDADE E DO TRABALHO VOLUNTARIO		R\$ 325.105,31	R\$ 292.875,42		
Receitas do Trabalho Voluntario		R\$ 325.105,31	R\$ 292.875,42		
Deducoes da Receita Bruta		R\$ 0,00	R\$ 0,00		
= RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		R\$ 325.105,31	R\$ 292.875,42		
Custo Prod.Vend/Serv.Prestados		R\$ 0,00	R\$ 0,00		
Custo de Mercadorias Vendidas		R\$ 0,00	R\$ 0,00		
= LUCRO BRUTO		R\$ 325.105,31	R\$ 292.875,42		
(-) Despesas Operacionais		R\$ (218.821,07)	R\$ (135.000,00)		
(-) DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS		R\$ (218.821,07)	R\$ (135.000,00)		
(-) DESPESAS COM PESSOAS SEM VINCULO EMPREGATICIO		R\$ (218.821,07)	R\$ (135.000,00)		
(-) Prestacao de Servicos por Pessoas Fisicas sem Vinculo Empregaticio		R\$ (218.821,07)	R\$ (135.000,00)		
(-) Despesas Financeiras		R\$ (1.873,06)	R\$ (828,00)		
(-) DESPESAS FINANCEIRAS E TRIBUTARIAS		R\$ (1.873,06)	R\$ (828,00)		
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (1.205,62)	R\$ (0,00)		
(-) Outras Despesas Financeiras		R\$ (1.205,62)	R\$ (0,00)		
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (667,44)	R\$ (0,00)		
(-) Despesas com Tributos Municipais		R\$ (667,44)	R\$ (0,00)		
Receitas Financeiras		R\$ 0,00	R\$ 0,00		
= RESULTADO LIQUIDO		R\$ 104.411,18	R\$ 157.047,42		
Receitas nao Operacionais		R\$ 0,00	R\$ 0,00		
(-) Despesas nao Operacionais		R\$ (104.892,06)	R\$ (168.924,80)		
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (104.892,06)	R\$ (56.321,46)		
(-) Despesas de Consumo (Agua/Esgoto/Energia Eletrica/Comunicacao)		R\$ (5.013,10)	R\$ (1.842,72)		
(-) Despesas de Consumo (Materiais de Expediente)		R\$ (75.641,76)	R\$ (58.164,18)		
(-) Outras Despesas Administrativas		R\$ (24.237,20)	R\$ (52.596,44)		
(-) = RESULTADO ANTES DA C.S.L.L.		R\$ (480,88)	R\$ (11.877,38)		

Assinado de forma digital por LUIZ FERNANDO MORAES FERNANDES:64237540391  
Dados: 2025.07.03 14:48:48 -03'00'

Luiz Fernando M. Fernandes  
CRC/MA - 009465/O

INSTITUTO  
CORES DO  
MARA:31256011  
000160

Assinado de forma digital por INSTITUTO CORES DO MARA:31256011000160  
Dados: 2024.04.30 18:01:32 -03'00'

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

O Instituto Cores do Mara (“Instituto”), inscrito no CNPJ sob nº 31.25.011/0001-60, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com endereço à Rua Tarquinio Lopes, nº 528, no Bairro do Anil, São Luis/MA.

Desde 2018, a organização atua como uma entidade de apoio pedagógico, voltada para crianças carentes, com a missão de fortalecer a educação e socialização de crianças atendidas pelos projetos, a partir do acesso às experiências educacionais inovadoras, pautadas em 3 eixos principais: leitura, brincadeira e liderança juvenil comunitária. Sendo que a criação, aplicação e disseminação destas experiências conta exclusivamente com ajuda de doações de pessoas físicas e jurídicas, que acreditam na causa que o Instituto defende e na importância e qualidade dos projetos desenvolvidos.

Todos os objetivos estatutários e funcionamento desse ecossistema somente são possíveis através do esforço do Instituto em mobilizar recursos para seus programas, sendo que absolutamente todas as receitas, sejam elas de doações de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, editais, patrocínios, subvenções, realização de eventos / festas solidárias, etc., são empregadas única e exclusivamente em seus projetos sociais.

## 2 - Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), incluindo as disposições da Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros” e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

## 3 - Apresentação das demonstrações contábeis

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Fins de Lucros e posteriores alterações e NBC



TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto Cores do Mara - MA e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. O Instituto revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## **4 - Formalidades da escrituração contábil - Resolução CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)**

O Instituto mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm números de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

## **5 - Formalidades da escrituração contábil - Resolução CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)-- Continuação**

A documentação contábil do Instituto é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil, estando hábil e revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes” e é mantida em boa ordem e conservação.

## 6 - Sumário das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir, em detalhes, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio da competência. O déficit do exercício de 2023 foi suprimido pela reserva de lucro incorporado ao Patrimônio Social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas por caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis com liquidez diária das datas dos balanços e com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização (Nota 5).

c. Contas a receber

Incluem créditos a receber referentes a doações via plataformas de pagamento e via parceiros de financiamento coletivo, bem como créditos com funcionários e fornecedores.

## 7 - Sumário das principais práticas contábeis

a. Contas a receber

Uma provisão para perdas estimadas é constituída, quando aplicável, após 6 meses em aberto em montante considerado suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis.

b. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, incorridos até o início da utilização, deduzido da depreciação acumulada, a qual está sendo calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do



ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Se houver indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação ou vida útil de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

c. Provisão para recuperação de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

d. Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que seus benefícios econômicos

## 8 - Sumário das políticas contábeis materiais

a. Outros ativos e passivos

futuros serão gerados em favor do Instituto e quando seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Instituto tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

b. Tributação

O Instituto Cores do Mara – MA é uma entidade de assistência social, que presta os serviços para os quais foi constituída e os coloca à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos e de forma totalmente gratuita. Como tal, é amparada por imunidade constitucional, nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição Federal, e do artigo 10 da IN 1.700/2017.



artigo 14 da MP 2158-35/2001 e artigo 23 da IN RFB 2121/2022. Em relação ao PIS, seu recolhimento é feito com base na alíquota de 1% sobre a folha de salários, nos termos do artigo 13 da MP 2158-35/2001 e artigo 8º da IN RFB 2121/2022.

Em relação ao ITCMD sobre as doações, o Instituto obteve o reconhecimento da imunidade em 31/08/2021, conforme Processo nº IM0134266 - DRTC III - PFC-BUTANTÃ.

i) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. Quando o Instituto recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos.

j) Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: fornecedores e contas a pagar.

k) Demonstrações sobre fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## 9 - Imobilizado

Descrição	Anos de vida útil	31/12/2022	Adições	31/12/2023
		<b>Imobilizado</b>		
Predio/Móveis e utensílios	7	270	0,00	270
<b>Total</b>		<b>270</b>	<b>0,00</b>	<b>270</b>
<b>Total líquido</b>		<b>270</b>	<b>0,00</b>	<b>270</b>

## 10 - Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido, representado pelo montante de R\$ 33.317 em 31/12/2022 e R\$ 32.836 em 31/12/2023, acumula valores de deficit, que forão supridos atraves de reserva de receita.



## 11 - Receita líquida

	2023	2022
Receita de doações (a)	292.875	325.105
Total	<b>292.875</b>	<b>325.105</b>

a. Representam receitas oriundas de doações voluntárias recebidas de entidades privadas nacionais e internacionais e de pessoas físicas, sendo integralmente aplicadas na execução dos objetivos sociais do Instituto, conforme exposto na Nota Explicativa nº 1.

## 12 - Custos com atividades de assistência social

	2023	2022
Com pessoal/prestação de serviços(a)	(135)	(218)
	<b>(135)</b>	<b>(218)</b>

(a) Contexto Operacional são apresentadas informações sobre os projetos executados pelo Instituto.

## 13 - Despesas com atividades de assistência social

	2023	2022
Despesas financeiras	(0)	(1)
Despesa com tributos municipais	(0)	(667)
Outras despesas operacionais	(157)	(104)
	<b>(157)</b>	<b>(772)</b>



## **14 - Eventos subsequentes**

A Administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira do Instituto ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

